A Importância da Representação por um Advogado em Processos Ético-Disciplinares da OAB

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 16/08/2024



Introdução

A advocacia é uma profissão nobre, pautada por princípios éticos e normas de conduta estabelecidas pelo Estatuto da Advocacia e da OAB e pelo Código de Ética e Disciplina da OAB. Quando um advogado é acusado de infringir essas normas, ele pode se tornar alvo de um processo ético-disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesse contexto, surge a questão: deve um advogado contratar outro advogado para defendê-lo em tais processos? Este artigo defende que sim, e apresenta as razões pelas quais essa representação é essencial.

1. **A Complexidade do Processo Ético-Disciplinar**
   1.1. O processo ético-disciplinar da OAB segue um rito próprio, com regras e procedimentos específicos, diferentes daqueles utilizados em processos judiciais comuns. Essa especificidade requer um conhecimento aprofundado das normas que regem a conduta dos advogados e dos trâmites processuais adotados pela OAB.

1.2. Um advogado especializado em processos ético-disciplinares possui a expertise necessária para navegar por essa complexidade, garantindo uma defesa técnica adequada e aumentando as chances de um desfecho favorável para o advogado representado.

2. **O Distanciamento Emocional**
   2.1. Quando um advogado é acusado de uma infração ética, é natural que ele se sinta emocionalmente abalado e pessoalmente envolvido com o caso. Esse envolvimento emocional pode prejudicar sua capacidade de analisar objetivamente os fatos e de elaborar uma estratégia de defesa eficaz.

2.2. Ao contratar outro advogado para representá-lo, o advogado acusado garante um distanciamento emocional necessário para uma defesa imparcial e técnica. O advogado contratado poderá avaliar o caso de forma objetiva, identificar os pontos fortes e fracos da acusação e traçar a melhor linha de defesa possível.

3. **A Prevenção de Conflitos de Interesse**
   3.1. Em algumas situações, o advogado acusado pode ter um relacionamento pessoal ou profissional com os membros do tribunal de ética da OAB responsáveis por julgar seu caso. Esse relacionamento pode gerar um conflito de interesses, colocando em dúvida a imparcialidade do julgamento.

3.2. A contratação de um advogado externo para a representação do advogado acusado minimiza o risco de conflitos de interesse, garantindo que a defesa seja conduzida de forma independente e sem qualquer influência indevida.

4. **A Proteção da Reputação Profissional**

4.1. Um processo ético-disciplinar pode ter um impacto significativo na reputação profissional do advogado acusado, mesmo que ele seja inocentado ao final do processo. A simples existência de uma acusação pode gerar dúvidas sobre sua idoneidade e prejudicar sua imagem perante clientes e colegas de profissão.

4.2. Ao ser representado por um advogado especializado em processos ético-disciplinares, o advogado acusado demonstra seu compromisso com a defesa de sua reputação e com a busca pela verdade. Isso pode ajudar a preservar sua credibilidade profissional, independentemente do resultado do processo.

5. **O Acesso a Recursos e Estratégias de Defesa**
   5.1. Um advogado especializado em processos ético-disciplinares da OAB tem acesso a recursos e estratégias de defesa que podem não estar disponíveis para o advogado acusado. Isso inclui o conhecimento de precedentes relevantes, a capacidade de identificar falhas processuais e a habilidade de negociar acordos favoráveis.

5.2. Ao contar com esses recursos e estratégias, o advogado acusado aumenta suas chances de obter um resultado positivo no processo, seja pela absolvição das acusações, pela aplicação de uma sanção mais branda ou pela celebração de um acordo que preserve seus interesses.

Conclusão

Em síntese, a contratação de um advogado para representar outro advogado em processos ético-disciplinares da OAB é uma medida essencial para garantir uma defesa técnica adequada, o distanciamento emocional necessário, a prevenção de conflitos de interesse, a proteção da reputação profissional e o acesso a recursos e estratégias de defesa eficazes.

Embora possa ser tentador para um advogado acusado assumir sua própria defesa, os riscos envolvidos são significativos. A complexidade do processo, o envolvimento emocional e a falta de especialização podem prejudicar a capacidade do advogado de se defender adequadamente, colocando em risco sua carreira e sua reputação.

Portanto, é recomendável que todo advogado que se encontre na posição de acusado em um processo ético-disciplinar da OAB procure a assistência de um colega especializado na área. Essa decisão não deve ser vista como uma admissão de culpa, mas sim como uma demonstração de respeito pelo sistema disciplinar da advocacia e de compromisso com a defesa dos próprios direitos e interesses.

Ao final, a contratação de um advogado para representar outro advogado em processos ético-disciplinares da OAB é uma prática que fortalece a própria advocacia, garantindo que os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório sejam respeitados, e que a justiça prevaleça em todas as instâncias.

FAQ sobre a Importância da Representação por um Advogado em Processos Ético-Disciplinares da OAB

1. O que é um processo ético-disciplinar da OAB?
Um processo ético-disciplinar da OAB é um procedimento que investiga a conduta de advogados e estagiários em relação às normas éticas e disciplinares estabelecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

2. Por que é importante ter um advogado durante um processo ético-disciplinar?
Ter um advogado durante um processo ético-disciplinar é fundamental para garantir que os direitos do acusado sejam respeitados, que a defesa seja adequadamente apresentada e que

o advogado compreenda as complexidades do processo.

3. Quais são os principais benefícios de contar com um advogado em um processo disciplinar?
Os principais benefícios incluem:

- **Orientação Jurídica:** O advogado pode oferecer uma compreensão clara das normas e procedimentos.
- **Elaboração da Defesa:** Um advogado experiente pode construir uma defesa sólida e estratégica.
- **Representação:** O advogado atua como representante legal, defendendo os interesses do cliente durante todo o processo.

4. O que acontece se um advogado não tiver representação durante um processo ético-disciplinar?
Se um advogado não tiver representação, ele pode não conseguir apresentar sua defesa de maneira eficaz, o que pode resultar em sanções severas ou até mesmo na perda do direito de exercer a profissão.

5. Como um advogado pode ajudar na preparação para a audiência?
Um advogado pode ajudar na preparação para a audiência ao revisar o caso, reunir provas e testemunhas, preparar a argumentação e orientar o cliente sobre o que esperar durante o processo.

6. O advogado pode ser responsabilizado por sua atuação em processos ético-disciplinares?
Sim, o advogado pode ser responsabilizado se agir de forma negligente ou antiética na defesa de seu cliente, o que pode resultar em sanções disciplinares também para ele.

7. Quais são os direitos do advogado durante um processo ético-disciplinar?
Os direitos do advogado incluem o direito à ampla defesa, ao

contraditório, a ser informado sobre o andamento do processo e a ter acesso a todos os documentos pertinentes ao caso.

8. Como escolher um advogado para representação em um processo ético-disciplinar?
É importante escolher um advogado com experiência em direito disciplinar, que compreenda as normas da OAB e tenha um histórico de atuação bem-sucedida em casos semelhantes.

9. O que o advogado deve fazer se perceber irregularidades no processo ético-disciplinar?
Se o advogado perceber irregularidades, ele deve documentá-las e apresentá-las ao órgão competente da OAB, buscando a correção das falhas e a proteção dos direitos de seu cliente.

10. Qual é a importância da representação legal em processos ético-disciplinares para a profissão de advogado?
A representação legal em processos ético-disciplinares é crucial para manter a integridade da profissão, garantir que os advogados tenham um processo justo e assegurar que a ética e a responsabilidade sejam respeitadas na prática da advocacia.